

## ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA

- Data:** 15.09.2020
- Local:** Reunião virtual.
- Presenças:** Juiz-Auxiliar da Presidência Adriano Santos Wilhelms;  
Juiz-Auxiliar da Corregedoria Leandro Krebs Gonçalves;  
Servidor Adolfo Marques Pereira;  
Servidora Bárbara Burgardt Casaletti;  
Servidor Onélio Luis Soares dos Santos.
- Convidado:** Servidor João Henrique de Lima Ribas.
- Secretário:** Francisco José Fetter Furtado (AGE)
- Horário:** 15h 35min – 17h 05min
- Pauta:**
- 2ª Revisão do Plano de Gestão de Contratações 2020.

---

Aos quinze dias do mês de setembro do ano de 2020, às 15 horas e 35 minutos, ocorreu reunião virtual do Comitê Gestor de Contratações, contando com as presenças acima nominadas. A reunião foi coordenada pelo Excelentíssimo Juiz Adriano Santos Wilhelms, conforme registro que segue: **2ª Revisão Anual do Plano de Gestão de Contratações 2020** João mencionou, conforme consta em portaria do Tribunal, que está prevista a revisão do Plano de Gestão de Contratações (PGC). Como já estamos em setembro, é o momento adequado para as últimas contratações do ano. Na sequência, João iniciou a apresentação dos resultados do plano, além de mencionar demandas que foram canceladas e outras para aprovação pelo Comitê. Ele informou, ainda, que há demandas que já foram aprovadas pela Presidente, mas que serão apresentadas ao Comitê para ciência. Dr. Adriano comentou que, em recente reunião realizada, referente à metas do Tribunal, foi mencionado que o Índice de Execução do Orçamento Disponibilizado (IEOD), até agora, estaria abaixo do esperado em relação aos anos anteriores, mas que a expectativa era de cumprimento da meta até o final do ano. João confirmou que, apesar do nível menor de cumprimento no comparativo aos anos anteriores, já que o ano está bastante atípico, se acredita que a meta será novamente atingida até o final do ano. Ele informou que foram tomadas medidas no mês de julho, que deverão impactar positivamente a meta a partir do mês de setembro. João mencionou que o Comitê de Contratações foi criado a partir de recomendação do TCU, como medida de boa governança, e que há tendência do CNJ seguir na mesma linha. Na

sequência, João mencionou que, no início do ano, o PGC contemplou 225 demandas, principalmente da Secretaria de Administração (SA), Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicações (SETIC), Secretaria de Apoio Administrativo (SEAPA) e Secretaria de Manutenção e Projetos (SEMPRO). Na 1ª revisão, foram incluídas 35 demandas novas e foram canceladas outras 10. Foram, ainda, incluídas 11 demandas pelo Procedimento Extraordinário, principalmente em virtude da pandemia. Com estes ajustes, o plano passou a ter 261 demandas previstas. João esclareceu que este número representa as contratações de maior relevância. Mensalmente, a SA realiza um levantamento dos resultados, com o número de demandas previstas e o número de demandas encaminhadas. Até o mês de agosto, o Índice Geral de Execuções atingiu o percentual de 88,67%, com o encaminhamento de 203 demandas. Destaque para a Escola Judicial, o Memorial e a Secretaria de Comunicação, que tiveram índice de execução de 100%. Já o Índice de Planejamento atingiu o percentual de 87,22%, com 180 demandas encaminhadas no prazo. Destaque para a Coordenadoria de Saúde, a Escola Judicial, a Secretaria de Comunicação e a Secretaria Processual, que tiveram índice de planejamento no prazo de 100%. **Cancelamento de demandas.** A seguir, João mencionou propostas de cancelamento de demandas, a título de informação. A primeira é referente a laudos de avaliação de imóveis e de preços de mercado de locação de prédios. A justificativa é que todas as avaliações de imóveis necessárias para o exercício 2020 foram atendidas. Esta demanda será incluída no PGC-2021. A segunda é referente à impermeabilização do terraço do prédio-sede TRT. A justificativa é que será incluída no PGC-2021, em função da fase atual em que se encontra o serviço de recuperação e manutenção da fachada do prédio-sede deste TRT. A terceira é referente projetos arquitetônicos. A justificativa é que a vigência do contrato em questão é até 12/05/2021. A nova contratação ou prorrogação do atual contrato será incluída no PGC-2021. A quarta é referente à Reforma do Foro PORTO ALEGRE (prédio III - térreo) - Memorial JT. A justificativa é que será atendida com o Contrato TRT nº 36/2020, cujo objeto é a realização de reformas de pequeno porte em Porto Alegre. A quinta é referente à compra de envelopes. A justificativa é que o quantitativo atual, em razão da diminuição do consumo médio, atenderá a necessidade do Tribunal para o ano 2020. **Proposta de inclusão de novas demandas.** Na sequência, João mencionou as novas demandas propostas. A primeira proposta é da SEMPRO, referente a sistemas de geração de energia solar fotovoltaica. A justificativa é que a contratação é necessária para geração de energia sustentável e gratuita em diversas edificações deste TRT4, visando proporcionar grande economia de recursos financeiros com a redução no consumo de energia elétrica das redes das concessionárias, com valor estimado de R\$ 6 Milhões. A inclusão dessa demanda ocorreu em virtude das sobras orçamentárias apuradas em virtude dos efeitos do trabalho remoto. A segunda proposta, também

da SEMPRO, é referente à construção do Foro de Santa Rosa. A justificativa é a nova licitação em decorrência da rescisão do contrato anterior. O valor estimado é de R\$ 7.900.000,00, com o encaminhamento da licitação no mês de novembro. Barbara informou que o CSJT destinou R\$ 9.000.000,00 no orçamento de 2021 para obras do TRT4, por meio de remanejamento, sendo R\$ 3.000.000,00 para a obra de Santa Rosa, R\$ 3.000.000,00 para a obra de Rio Grande e R\$ 3.000.000,00 para a obra de São Leopoldo. A terceira proposta é da SA, referente à aquisição de totens para álcool gel com acionamento mecânico por pedal. A justificativa é a aquisição destinada à implantação de medidas de controle à COVID-19 no retorno das atividades presenciais. O custo estimado é de R\$ 25.000,00. Adicionalmente, João informou que há a licitação nacional de itens para medidas de controle à COVID-19 no retorno das atividades presenciais, porém como medida de gestão de risco, também houve a opção de ser realizada licitação no próprio TRT4 para os mesmos itens. **Novas demandas que necessitam deliberação do Comitê.** Para os itens a seguir, João esclareceu que, diferente dos anteriores, onde a Presidência já havia deliberado, nestes há necessidade de deliberação do Comitê. Todas estas demandas são vinculadas à SA, referentes a mobiliário. **1. Aquisição de 10 cadeiras (juizes)**, com a justificativa de reposição de materiais permanentes e destinação aos novos prédios construídos, conforme detalhamento apresentado no PA n° 7.432/2020. A princípio, a demanda é para atender os prédios novos de Alegrete e Novo Hamburgo. Dr. Adriano mencionou a importância de ter duas salas de audiência por Vara do Trabalho. Dr. Leandro concordou com o Dr. Adriano, mencionando a possibilidade de realização de reformas nos prédios para a viabilização de duas salas de audiência por VT. Barbara ponderou que, diante do exposto pelos Drs. Adriano e Leandro, pode-se propor a aquisição de um número maior de cadeiras, em vez da 10 iniciais. Em relação às reformas para a viabilização de 2 salas de audiência por VT, ela disse que depende do planejamento da SEMPRO para a realização em 2021, já que eles já estão com muitas demandas. **Deliberação:** aprovada a aquisição das 10 cadeiras, com a possibilidade de aquisição de um número maior, após tratativas por e-mail. **2. Aquisição de 4 Sofás Le Cobusier p/1, 4 sofás Le Cobusier p/2 e 3 sofás Le Cobusier p/3** A justificativa para a aquisição é a reposição de materiais permanentes e destinação aos novos prédios construídos, conforme detalhamento apresentado no PA n° 7.432/2020. **Deliberação:** aprovadas as aquisições. **3. Aquisição de 20 sofás p/1 e 16 sofás p/2** A justificativa é a reposição de materiais permanentes e destinação aos novos prédios construídos, conforme detalhamento apresentado no PA n° 7.432/2020. **Deliberação:** aprovadas as aquisições. **4. 120 Cadeiras (servidor) e 50 Longarinas.** João comentou que esta demanda não é vinculada à obra nova. Ele disse que há, atualmente na 4ª Região, em uso, cerca de 4.000 cadeiras de servidor. É um item que tem grande demanda,

necessitando, constantemente, de reposição. Onélio ponderou que, pelas informações passadas, o estoque de 120 cadeiras é suficiente para apenas 6 meses. Adolfo concordou com o Onélio, sugerindo que pode ser aumentado o pedido para 200 cadeiras. Quanto à aquisição das longarinas, João comentou que o uso seria, principalmente, para os prédios novos. **Deliberação:** quanto às cadeiras de servidor, aprovada a aquisição de 200 cadeiras. Em relação às longarinas, aprovado o pedido como proposto, de 50 longarinas. **Situação dos veículos do Tribunal.** Barbara comentou que, na quinta-feira, será realizada uma reunião do Adolfo com pessoal da área administrativa, para apresentação de estudo de mobilidade do Tribunal, abrangendo estudo da frota, quantos motoristas o Tribunal têm, etc. Paralelo a isto, há dois automóveis de 15 anos na frota do Tribunal, sendo o momento apropriado para troca destes veículos. Há, também, a necessidade de aquisição de um furgão. **Plano de Contratações de TIC.** João informou que o Plano de Contratações de TIC, incluindo suas revisões, é aprovado pela Presidência do Tribunal após a aquiescência da proposta apresentada ao Comitê de Governança de TIC. A Secretaria de Administração consolida as demandas da SETIC no PGC para realização do acompanhamento mensal da execução. No plano 2020, foi excluída a demanda “SETIC-20: Manutenção do Software de gestão de Projetos.”, com a justificativa de contratação cancelada, já que o contrato atual foi prorrogado por 30 meses, não sendo necessária nova prorrogação este ano. Foram incluídas novas demandas da Setic, que são a Consultoria Microsoft, a terceirização helpdesk, câmeras para videoconferências e aquisição de notebooks. Há demandas que aguardam a aprovação do Comitê de Governança de TIC, que são a Consultoria Firewall, as Licenças Windows Server 2019, o Certificado digital Wildcard (Mobile Pj-e) e Licenças Geovision. **Próxima reunião.** João falou da necessidade de nova reunião do Comitê no início de dezembro para aprovar o PGC de 2021. Reunião encerrada às 17 horas e 05 minutos. Ata redigida pelo servidor Francisco José Fetter Furtado, Assistente da Assessoria de Gestão Estratégica, Dados Estatísticos e Apoio às Ações Institucionais e validada eletronicamente.